



COURO, PELE E PENA: O USO DE ANIMAIS NA MODA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3780

Débora Pinguello Morgado, UDESC

Resumo

As transformações experimentadas pelo Ocidente no decorrer do século XX modificaram as relações da sociedade com a moda, especialmente a partir da segunda metade do século, período no qual a produção e consumo se engendram sob o curso da aceleração. A década de 1960 é marcada pela criação e comercialização de diversos tipos de tecidos sintéticos, no entanto, mantêm-se e intensifica-se o uso de animais pela moda, distanciando-se dos discursos voltados para a necessidade em detrimento dos que se apoiavam no luxo, no glamour, na durabilidade e, até mesmo, na onda ecológica. A concepção humanista do mundo, a partir da elevação da cultura humana em relação à natureza, tem mantido os animais em posição de submissão e, portanto, vítimas da exploração, violência e morte para benefícios humanos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo se concentra em analisar os usos de partes de animais na moda pelas grandes grifes e estilistas do século XX, buscando pelos discursos simbólicos concatenados às roupas e acessórios feitos de animais. A discussão se encaminhará, em um primeiro momento, pela legitimação humanista do uso de animais e, em segunda instância, pelos argumentos sustentados pela moda para a manutenção do uso de animais. Por fim, conclui-se que o uso de animais pela moda é parte de uma longa duração na qual os animais são entendidos enquanto coisas existentes para fins humanos e que, em concomitância com os discursos de cada período, a moda sustentará a violência contra animais relacionando-a aos discursos vigentes.

Palavras Chave:

Moda; animais; violência; consumo.

Introdução

O uso de animais para a confecção de indumentárias acompanha a humanidade desde o momento em que homens e mulheres sentiram a necessidade de cobrir seus corpos. Animais eram sacrificados e suas peles utilizadas para o feitiço de coberturas para o corpo, já as partes como os ossos e os dentes podiam ser utilizados como acessórios ou utensílios e ferramentas. Para fornecerem maleabilidade, as peles eram, frequentemente, sovadas e molhadas repetidas vezes, ou então besuntadas com o óleo do próprio animal do qual se havia retirado a pele. Esses procedimentos, no entanto, não deixavam a pele permanentemente maleável, foi somente com o aprimoramento das técnicas de curtimento – por meio do ácido tânico, contido em árvores como o carvalho e o salgueiro –, que foi possível impermeabilizar o couro de animais e deixá-los maleáveis de forma permanente. Para melhor vestibilidade e mobilidade, essas peças foram incrementadas com cavas e decotes. (BRAGA, 2007).

Com o alvorecer das primeiras grandes civilizações no Crescente Fértil e o domínio da agricultura, a humanidade desenvolveu a capacidade de produzir fibras naturais que, por meio de seu entrelaçamento – a tecelagem –, formavam tecidos com caimentos mais leves e que possibilitavam certos tingimentos e construção sobre o corpo mais elaborada, a exemplo, o uso de drapeados (BRAGA, 2007). Mesmo com a possibilidade de transformação de plantas em roupas, aprimoravam-se cada vez mais as formas de processamento de corpos animais para as confecções indumentárias, fato que em muitos lugares se dava por conta da intensidade do frio.

O uso de animais como vestes, independente de qualquer necessidade térmica, pouco foi contestado até a segunda metade do século XX, uma vez que a consideração moral dada aos animais

foi forjada junto e em oposição à consideração moral destinada aos homens. O assunto que situa a noção de direitos e justiça animal e suas implicações que leva ao uso de animais pela moda, apesar do pouco espaço que um pequeno artigo pode oferecer, será o primeiro tema tratado na discussão do texto e um dos objetivos específicos também. Em relação aos demais objetivos, são eles: a pontuação do momento de emergência da moda no Ocidente para identificar a entrada do uso de animais no sistema de moda; as mudanças ocorridas na moda por repercussão do *American Way of Life* e o status dado às roupas feitas de animais, em especial aos casacos de pele, por intermédio da imprensa feminina do período; e as formas de sustentação das quais a moda se utilizou para ignorar as condições as quais ela submetia os animais na produção de seus itens.

De forma geral, o artigo pretende buscar por uma construção simbólica do uso de animais para a confecção de produtos de moda para o corpo, concatenada ao período de maior revolução e efervescência da moda como a conhecemos hoje, a década de 1960, assim reconhecida por muitos teóricos, dentre os quais Lipovetsky (2009) é o principal. A problemática se justifica uma vez que as discussões sobre os direitos animais vêm crescendo substancialmente e que, ao mesmo tempo, têm gerado conflito entre as grifes de moda e seus consumidores.

O não reconhecimento dos animais como portadores de direitos

Ao definir o homem político, como apontado por Agamben (2002), Aristóteles separa radicalmente homens e animais: os homens portadores de uma *zoé* (vida nua, vida animal) que é excluída pela *bíos* (vida política), e os animais seres de pura *zoé*. A exclusão da *zoé* pela *bíos* produz o homem político, o homem que pela capacidade de construção de uma vida política é o único ao qual o direito de

preservação de sua vida nua, de sua vida matável, deve recair. Em outras palavras, é a própria existência de uma *bíos* e sua exclusão da *zoé* que dá ao homem o direito de vida, ou seja, de deixar viva a sua *zoé*, seu corpo, sua parte animal, porém renunciada para a existência da *bíos*.

A partir da visão de Aristóteles sobre a diferença entre homens e animais, a humanidade legitima seu poder sobre os animais e os concebe como recursos naturais disponíveis para uso humano, além de proporcionar livre curso para a emergência de uma filosofia cristã baseada no poder do homem investido de poder divino, que se sobressai a todas as coisas na terra, entre os quais, os animais:

Mais precisamente, ele criou o homem a sua semelhança para que o homem sujeite, dome, domine, adestre ou domestique os animais nascidos antes dele, e assente sua autoridade sobre eles, Deus destina os animais a experimentar o poder do homem, para ver o poder do homem em ação, para ver o poder do homem à obra, para ver o homem tomar o poder sobre todos os outros viventes (DERRIDA, 2002, p. 37).

É também a partir da relação entre *zoé* e *bíos* que Foucault, a partir do que aponta Agamben (2002), formula o seu conceito de biopolítica, este entendido como o poder se derrama sobre a face política do homem tendo como agente oculto o seu corpo matável, ou seja, sua *zoé*. A partir das características biológicas do corpo são definidas políticas incidentes sobre a vida social costurada pela humanidade, biopoder esse que incide de formas distintas entre homens, mulheres, crianças, brancos, negros, deficientes entre outras categorias. Quanto mais a *zoé* emerge à superfície política para demarcar diferenças – a exemplo, a histórica diferenciação entre homens e mulheres, na

qual as mulheres foram constantemente aproximadas de sua *zoé* como condição de inferioridade, já que tal *zoé* lhes davam características mais animais – , menos direitos são ali aplicados.

É por meio dessa discussão que o autor propõe o reencontro do homem com sua *zoé*, ou seja, que este não se observe como um ser que se partilha em duas partes, mas que entenda que sua função política é parte de sua própria condição *zoé*. A proposta do autor está voltada para a contenção das formas de totalitarismos que partem da biopolítica para definir os matáveis e os não matáveis, pois uma vez que, nessa visão aristotélica, é possível reduzir a *bíos* humana até chegar a sua *zoé* e então dizer que alguém é matável e que não tem direito à vida, torna-se possível a afirmação de supremacias humanas e do aniquilamento daqueles que são, de forma taxonômica, colocado ao lado dos animais.

Para além da discussão sobre totalitarismo, uma vez que toda a vida política (cultural, social) é entendida como própria da *zoé* humana, o homem ganha mais afinidade com a vida animal e pode retornar à natureza da qual o humanismo o retirou. Esse retorno à natureza implica olhar os animais como seus semelhantes e a partir daí lhes dirigir consideração moral semelhante à dada ao animal humano. Obviamente a discussão a esse respeito é muito mais densa do que alguns parágrafos podem expor; acerca do assunto, o número de intelectuais que atualmente têm se dedicado ao tema da justiça e dos direitos animais vem aumentando consideravelmente. Além disso, há estudos que apontam para a criação de culturas¹ dentro de algumas espécies de animais, o que faz cair por terra o *topos* humano de único vivente em uma cultura, *topos* que confere superioridade pelo uso de capacidades (LESTEL, 2015).

¹ Conceito entendido como um terreno no qual são empregadas habilidades cognitivas e motoras

para a transformação de seu espaço e das condições de vida dos viventes que ali empreendem seus esforços.

O pequeno vislumbre fornecido tem como intenção situar com que forma a humanidade se relaciona com os animais desde a antiguidade, passando pelo período teocêntrico e, a partir do advento da Modernidade no século XVIII, pautada pelo humanismo. Tem também como intenção mostrar que essa relação humano-animal foi construída e reforçada ao longo dos séculos, porém novas formas de encarar tal vínculo estão se consolidando filosoficamente e, se não consensualmente mostrando que a humanidade tem o dever de criar um ambiente de paz para os animais, pelo menos apontando para uma noção de justiça que compete à não produção da violência e do horror.

Os animais na rota da moda

Para retornar ao assunto do uso de animais para produção de indumentárias e finalmente atingir o período apontado no resumo deste artigo, a saber, a década de 1960, é preciso pontuar o momento de emergência do fenômeno moda, erigido junto à passagem para a Modernidade. Com as primeiras nuances no século XIV no Ocidente, a moda pôde finalmente triunfar a partir do século XVIII, período no qual o ideal de progresso formulou a rota da novidade e libertou os homens do peso da tradição e da apreciação do passado, esse cada vez mais depreciado. As roupas, entendidas como o domínio arquetípico da moda, passaram a encarnar o gosto pelo novo e a se renovarem (LIPOVETSKY, 2009).

A moda contribuiu, assim, para integrar as pessoas em função de algo novo, deixando para trás o poder que a tradição exercia sobre os costumes. A rejeição pelas tradições implicou em dotar os materiais já utilizados para a confecção de roupas e calçados com novos sentidos, sendo eles utilizados de formas diferentes e cada vez mais tecnologizados, configurando novas texturas, formas e caimentos (LAVER, 1989).

Salto notável na moda, apesar de

décadas de crescimento, se dá, no entanto, na década de 1960, cujas configurações podem ser percebidas como oriundas do final do século XIX, em forma germinal, e que puderam definitivamente desabrochar no meio de toda a revolução vivida pelos *sixties*. Os grupos jovens, que tiveram os *hippies* como precursores, passaram a ditar um novo sistema de moda baseado na cultura jovem e cada vez mais segmentada em identidades, essas muito comumente abordadas como tribos urbanas. É nesse sentido que Lipovetsky (2009) defende que a moda não gira em um sistema de classes, de forma vertical, partindo da elite para a cópia feita pelas camadas de baixo. O autor entende que a moda segue um padrão cultural, tão segmentada quanto as inúmeras formações de grupos identitários, politizados ou não, de contracultura ou não.

Nesse movimento acelerado, as partes dos animais, em especial a pele com pelagem, o couro e as penas, além de portadores de um luxo simbólico – como defende Adams (2012), proveniente do poder humano sobre os corpos matáveis dos animais –, são utilizados e incorporados pela cultura jovem, deslocados do mero simbolismo do luxo aristocrático para a construção de visualidades *fashion*, despojadas ou contraventoras, como já era o caso das jaquetas de couro utilizadas por jovens norte-americanos na década de 1950, cujo ícone é o famoso visual de Marlon Brando (MOUTINHO; VALENÇA, 2000).

As grifes de moda, cada vez mais prestigiadas, junto ao poder imposto por revistas femininas, pela fotografia de moda e pela emergência das modelos ícones *fashion*, das quais Twiggy se destaca, puderam repaginar as tradicionais peças feitas de animais e, assim, impulsionar o uso animal pela moda jovem.

Na Figura 1, a revista Vogue América divulga uma jaqueta da grife Dior, feita pelo seu então estilista Yves Saint Laurent – que posteriormente

fundou a grife que leva seu nome –. A já conhecida jaqueta preta de couro, nessa construção de Dior e divulgação da revista Vogue, se desapega do estilo rebelde e ganha adjetivos como “natural”, “fashion” e “excelente novidade”. O uso da jaqueta é acompanhado de luvas de couro e chapéu de pele animal, assim como a gola. A textura natural do crocodilo é mantida para conferir o tom natural dado à peça, sem esconder a origem do animal de que se retirou a pele, reforçando a simbologia de poder que remete à dominação e possibilidade humana de matar animais.

Figura 1 – Jaqueta de couro de crocodilo Dior



Fonte: Vogue América, 1960

Figura 2 – The Great Fur Caravan

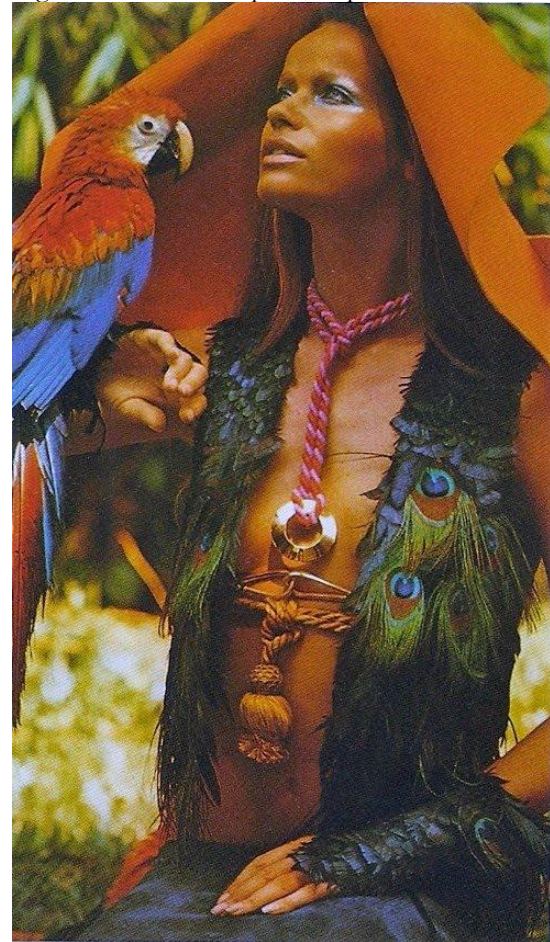


Fonte: Vogue América, 1966.

A Figura 2 mostra a primeira página do editorial da Vogue América, de 1966, intitulado *The Great Fur Caravan*², fotografado por Richard Avedon, um dos mais famosos fotógrafos de moda da década de 1960. O editorial mostra uma caravana de jovens explorando lugares do Japão utilizando casacos de pele ou

acessórios com peles, adjetivados, pelo texto de chamada, como fabulosos. Os casacos, na maior parte das imagens em lugares com neve, fornece um pano de fundo que coloca o uso dos casacos em condição de necessidade, como proteção. Porém, a tonalidade glamorosa e jovial, conferida pela junção de requinte com certo despojamento e indiferença, proporciona uma nova cadeia de sentido aos casacos de pele, distanciados da figura da mulher elegante e de elite.

Figura 3 – Colete de pena de pavão



Fonte: Vogue Paris, 1969.

A Figura 3 mostra uma foto da modelo Veruschka, uma das principais modelos da época, vestindo um colete de penas coloridas, entre as quais se destaca as penas de pavão, e portando uma arara colorida sobre as mãos. O uso elegante das penas que era feito na década de 1920 (MOUTINHO; VALENÇA, 2000) é

² A grande caravana de peles

apropriado pela moda jovem na década de 1960, aproveitando-se dos tons naturalmente coloridos para criar visual alegre e naturalista, de acordo com os movimentos da época, a destacar o movimento *hippie*. O animal em aparente harmonia com a modelo reforça o caráter naturalista de jovens engajados com causas ecológicas, emergentes no período, e que retira do colete, pelo seu apelo harmônico, as condições de violência submetida às aves na extração das penas.

O uso de animais e sua motivação na moda: a violência que se legitima

Pelo apresentado, a década de 1960, por sua reviravolta na moda – a guinada da moda jovem –, promoveu e consolidou o uso de partes de animais como ícones fashion, adjetivação essa que vai bem além dos usos anteriores, mais afeitos à ideia de luxo, elegância e poder. Os efeitos dessa mudança se vê até a década atual – a de 2010 –, na qual, ainda que com embates travados por ONGS protetoras dos animais, muitos artistas e ícones jovens utilizam roupas feitas de animais como símbolo do *fashion*, do *glam*, do *hype* e do descolado³. Apesar de grifes como Hugo Boss e Armani que, em 2015 e 2016, respectivamente, terem anunciado o fim de uso de pele de animais, muitas outras continuam a usar (MARASCIULO, 2016).

O fato de o uso de animais ter crescido a partir da década de 1960 coincide com o momento em que aumentou, também, o consumo de carne, graças a investida do *American Way of Life*, para o qual a fartura à mesa dependia da disponibilidade de carnes e produtos de origem animal, como ovos, leite e manteiga (MENESES; CARNEIRO, 1997). A partir da leitura de Agamben (2017), é no momento do *American Way of Life* que o homem se animaliza. – Nesse

momento do texto é preciso fazer algum esforço para amarrar os pontos e conseguir atingir seu objetivo, o que requer um pouco de paciência do leitor –. O autor sugere, então, que o homem deixou de ser humanista para ser animalista, o que não quer dizer que o homem tomou consciência de sua animalização no sentido de se ver como semelhante aos demais animais: é, antes de qualquer coisa, uma entrega do homem aos prazeres do mundo e aos seus impulsos.

O estilo de vida americano e a moda são autores dessa forma de vida extremamente individualista, centrada no eu. O mercado e a publicidade conseguiram trabalhar com o gosto humano pelas novidades e pelos produtos que mexem com os sentidos e com as percepções, fornecendo uma miríade de cores, formas, texturas e sabores, incessantemente produzidos e descartados uns após os outros. O descaso com os animais não somente continuou, mas progrediu e se legitimou sob a égide do prazer como valor humano máximo. O direito ao prazer, prazer de comer, prazer de comprar, prazer de vestir, é o maior direito e prescinde de qualquer consideração que pudesse ser direcionada a um animal.

A legitimação da violência de animais para o uso na moda é a mesma que legitima o uso culinário de animais, ainda que muitos queiram supor de forma distinta. A necessidade alimentar a base de proteínas animais é antes um produto mercadológico e forjado no início do século XX, como apontado por Meneses e Carneiro (1997), quanto a necessidade de se vestir de animais. Ambos usam as carências do corpo – fome e frio – para proporcionar prazer aos sentidos – paladar e visão – e que, por sua vez, atuam em diversos níveis simbólicos, do requinte, do poder, do *fashion*.

³ Artistas reconhecidas por sua ousadia e força jovem como Lady Gaga e Rihanna são

constantemente vistas e fotografadas utilizando, por exemplo, casacos de pele.

Considerações finais

A partir das partes contidas no texto, considera-se que, para a legitimação do uso de animais, a moda se utiliza das mesmas premissas que qualquer outra esfera da vida humana que abarca o uso animal para fins próprios. Apesar da obviedade dessa afirmação, ela não se presentifica nos atuais discursos que pedem o fim do uso de pele de animais pela moda e, ao mesmo tempo, desconsidera os demais usos, entre os quais os alimentares e farmacêuticos.

Pensar isso a partir da década de 1960 é importante para se definir os *status* atual do uso de animais, ligado ao hedonismo e ao consumismo voltado para a construção de identidades. O período inaugurado por 1960 é o momento em que os referenciais se destacam de seus produtos, o que se pode estender aos produtos de origem animal na moda: ao invés da percepção de uma vida animal ligada ao produto, o produto e a própria morte do animal são experimentados como construtores de identidades, sendo essa finalidade a mais fundamental, pois compete ao nível da satisfação pessoal.

Se o humanismo não registra qualquer nível de consideração de direito aos animais, essa forma de vida emergida no século XX tampouco dá conta de pensar os animais como parte digna da mesma consideração moral que direcionamos à nossa espécie. A moda, por seu caráter de fetichização da morte de animais, é uma das maiores contribuintes

para a situação de violência a qual são submetidos os animais. De todo modo, e sem querer demonizar de todo a moda, também a ela compete o papel de conscientizar a sociedade do contrário, integrando em seu sistema uma outra e pacífica forma de relação *humananimal*.

Referências

- ADAMS, Carol. **A política sexual da carne: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina**. São Paulo: Alaúde, 2012.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- _____. **O aberto: o homem e o animal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BRAGA, João. **História da Moda: uma narrativa**. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2007.
- DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. São Paulo: UNESP, 2002.
- LAVIER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e o seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MARASCIULO, Marília. Grupo Armani anuncia fim de uso de pele animal em suas coleções. **Estadão**, mar. 2016. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/noticias/moda-e-beleza/grupo-armani-anuncia-fim-do-uso-de-pele-animal-em-suas-colecoes,10000022592>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A história da alimentação: balizas historiográficas. **Anais**. Museu Paulista. São Paulo, v. 5, pp. 9-91, jan./dez. 1997.
- MOUTINHO, Maria Rita, VALENÇA, Máslova Teixeira. **A Moda no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2000.